



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 08/2017, em que é recorrente **Judy Ike Hills** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 05/2019

(Autos de Recurso de Amparo n.º 8/2017, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo – Pedido de Aclaração do Acórdão 27/2018)

I. Relatório:

1. **Judy Ike Hills**, recorrente nos Autos de Recurso de Amparo n.º 8/2017, no âmbito do qual o Tribunal proferiu o Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, interpõe pedido de aclaração deste acórdão pedindo que se esclareça se a) “o arguido está em situação de prisão preventiva ou não”, b) se “o provimento do recurso de amparo[] suspende ou não a decisão impugnada”, “c) quais são as provas obtidas abusivamente”, “d) quais são as consequências da declaração de nulidade dessas provas”, e se “a declaração de nulidade [conduz] à anulação do processo ou julgamento” e f) “em que consiste a concessão do “amparo adequado à situação”, aduzindo, para tanto, a seguinte argumentação:

1.1. “1. O requerente depois de ter sido notificado do acórdão n.º 27/2018, que julgou procedente o recurso de amparo constitucional n.º 08/2017, por entender que está de forma ilegal e arbitrariamente privado da sua liberdade, convencido de que o tribunal recorrido estava ciente do conteúdo e do alcance/efeito do acórdão proferido por esta corte. 2. Ou seja, depois de todas as partes envolvid[a]s serem notificad[a]s do referido acórdão, por o requerente não ter sido posto em liberdade, requereu junto do Supremo Tribunal de Justiça, providência de Habeas Corpus, ou seja, pediu a sua libertação face a prisão ilegal, com os fundamentos que aqui damos por integralmente reproduzido[s] para todos efeitos legais. 3. Em síntese, por ordem dos presentes autos, que correu os

seus trâmites no 3º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca da Praia e encarcerado na cadeia Central da Praia desde o dia 30 de Junho de 2015. 4. O mesmo foi notificado do despacho de acusação em 03 de Novembro de 2015, onde lhe foi imputado a prática dos crimes de associação criminosa, tráfico de droga p.p pelas disposições combinadas nos artigos 11º nº 1 e 3) nº 1 da Lei nº 78/IV/93, de 12 de Julho e ainda no crime de aquisição de moeda falsa p.p pelos artigos 248º e 245º todos do CP. 5. No final foi absolvido dos crimes de associação criminosa e de aquisição de moeda falsa e condenado na pena de 7 anos e 10 meses de prisão efectiva por crime de tráfico de droga, conforme a sentença datado de 26 de Maio de 2016. 6. Contudo, não se conformando como é óbvio com a douda sentença, dela interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, isto no dia 06 de Junho de 2016, que veio a confirmar a decisão do 3º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca da Praia. 7. Na mesma medida, não se conformando com o doudo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, del[e] interpôs Recurso de Amparo para o Tribunal Constitucional, que foi registado com o nº 8/2017, com isso ficou esgotado a última via/instância/corte que estava á disposição do recorrente. 8. Ademais, conforme os acórdãos nº 21 e 22/2017, o recurso de amparo foi admitido, indiciando assim uma nova fase processual, e com isso ficou esgotado a última esperança do recorrente. 9. No dia 20 de Dezembro de 2018 realizou-se o julgamento do recurso de amparo do recorrente, recurso esse que mereceu voto favorável de todos os Juízes Conselheiros desta [C]orte e finalmente no dia 23 de Janeiro de 2019, o recorrente foi notificado do acórdão nº 27/2018. 10. Assim sendo, face a procedência do recurso de amparo interposto pelo recorrente, não há fundamentos de factos e nem tão pouco de direito para manter o mesmo detido e privado de liberdade, um direito constitucional que lhe foi restringido ilegal e injustamente desde 30 de Junho de 2015, ou seja, em regime fechado por mais de quarenta e três meses. 11. Pois, são esses os fundamentos do habeas corpus utilizado pelo requerente que não mereceu o deferimento do Supremo Tribunal de Justiça, com o fundamento de que o acórdão nº 27/2018 não é claro em algumas matérias. 12. Legitimando assim deste passo, o presente pedido de aclaração para clarificar a parte decisória, e o alcance do acórdão nº 27/2018. 13. Uma vez que o Supremo Tribunal de Justiça fundamenta a sua decisão nos seguintes termos: “O tribunal constitucional decidiu no recurso de amparo que houve: a),b),c,d,e,f,g,i,ii,iii,iv”, fundamentos esses que aqui damos por integralmente reproduzido[s] para todos os efeitos legais”, paginas 4, 5 e 6 do Acórdão nº 03/2019, que ora se junta. 14. Fundamenta ainda que, “no que diz respeito ao efeito do recurso de amparo, não existe disposição normativa que directa e

inequivocamente determine a suspensão da decisão que se impugna. Por isso, não se pode afirmar que a situação processual do arguido seja de prisão preventiva”. 15. “e neste caso concreto, o amparo concedido não especifica, sequer, quais são as provas obtidas abusivamente e que, por isso são anuladas. Igualmente, não especifica se as consequências da declaração de nulidade dessas provas conduzem à anulação do processo ou do julgamento. E por fim não especifica em que consiste a concessão do “amparo adequado à situação”. 16. “Termos em que, tudo visto, deliberam os Juizes do Supremo Tribunal de Justiça, após a audiência em indeferir, por falta de fundamento bastante[”]. 17. Ademais, o presente instrumento não se trata de um novo recurso de amparo, mas sim apenas uma aclaração de acórdão, uma vez que o Supremo com a sua decisão veio a suscitar algumas dúvidas, que também nos obriga a reflectir e a pedir esclarecimentos. 18. Estamos perante uma questão efectivamente muito pertinente, onde o nosso sistema jurídico cabo-verdiano é convidado a debruçar sobre uma matéria constitucional, em que tanto o Supremo Tribunal de Justiça e toda a classe jurídica está a conviver e a debater com uma situação nova, que é o alcance do provimento do recurso de amparo, seus efeitos e consequências. 19. As dúvidas trazidas pelo Supremo Tribunal faz[em] algum sentido, por isso [eis] a razão do nosso pedido de aclaração do acórdão no sentido de ver esclarecido e dissipado tod[as] e quaisquer dúvidas que possam suscitar interpretação passível de lesar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, mormente, a liberdade. 21. O que corresponde ao nosso artigo 93º da lei nº 56/VI/2005 de 28 de Fevereiro e artigos, 279º e 284º da CRCV. 22. No entanto, respeitamos as questões, dúvidas do Supremo Tribunal de Justiça quanto ao alcance e efeito do provimento do presente recurso de amparo, e crentes de que a aclaração que ora se requer ir[á] contribuir de uma forma positiva para o nosso sistema jurídico penal/constitucional, também gostaríamos de ver essas interrogações e inquietações esclarecidas: a) O arguido está em situação de prisão preventiva ou não; b) O provimento do recurso de amparo, suspende ou não a decisão impugnada; c) Quais são as provas obtidas abusivamente; d) Quais são as consequências da declaração de nulidade dessas provas; e) A declaração de nulidade conduz[...] à anulação do processo ou julgamento; f) Em que consiste a concessão do “amparo adequado à situação ”. 23. São essas as questões que gostaríamos de ver solucionadas e que de alguma forma serviria para dissipar as nossas dúvidas e do próprio tribunal recorrido. 24. Ma[i]s uma vez, este instrumento não [se] trata de um recurso de amparo, mas sim, tão somente aclaração de um acórdão que o seu efeito e alcance foi questionado pelo tribunal

recorrido e que também mereceu o nosso reparo, uma vez que também temos interesse directo no processo e queremos ver esclarecido todas e quaisquer questões que possam salvaguardar, os direitos, liberdades e garantias do requerente, “liberdade”. 25. Contudo, por causa dessas dúvidas o Supremo até a presente data não conformou a sua decisão em consonância com o acórdão que ora pede aclaração. Nestes termos e nos melhores de direito, requer-se a aclaração do acórdão nº 27/2018, assim estaria a Vossa Excelência a contribuir como sempre para uma justiça eficiente e eficaz.”

2. O presente pedido de aclaração deu entrada na secretaria deste tribunal no dia 30 de janeiro, vindo acompanhado de duto acórdão do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça contendo decisão a respeito de pedido de *Habeas Corpus* formulado pelo reclamante e de declaração de voto vencido atinente ao mesmo processo.

2.1. O pedido foi recebido, autuado e remetido pela secretaria ao Juiz Relator que o recebeu no dia seguinte, portanto a 31 de janeiro de 2019.

2.2. O projeto de acórdão de aclaração foi depositado a 5 de fevereiro, sucedendo-se marcação de conferência para o dia 7 do mesmo mês, quando efetivamente foi apreciada e decidida, nos termos que se seguem.

II. Fundamentação

1. O reclamante alega, portanto, que terá ficado com algumas dúvidas no âmbito de pedido de *habeas corpus* dirigido por si ao Supremo Tribunal de Justiça por este ter, no seu entender, também suscitado algumas questões desse jaez por meio de aresto que decidiu aquela providência. Neste sentido, pretende ver esclarecidas tais dúvidas, entendendo por bem instruir o seu requerimento com acórdão desse órgão judicial.

Para afastar qualquer leitura de que estaria a recorrer em amparo desta última decisão que lhe negou o pedido de *habeas corpus* – que seria outra possibilidade que teria e tem – deixa claro que não se trata de reação que porta tal natureza, limitando-se a pretender obter os esclarecimentos já mencionados por via de reclamação dirigida a esta Corte. Como tal será tratada.

2. A respeito deste tipo de pedidos, ou seja, de reclamações por vício de acórdão, o Tribunal já havia assentado entendimento de que nada obsta que os possa conhecer

2.1. No âmbito dos autos *INPS v. STJ*, em que foi tirado o Acórdão nº 9/2018, de 3 de maio, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 35, 6 de junho de 2018, pp. 856-869, e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional*, Praia, INCV, 2018, v. IV (2017), pp. 177-216, assumiu essa perspetiva, pois “No geral, num sistema como o nosso, a possibilidade aberta pela lei processual civil a um interveniente processual de requerer aclaração de uma decisão ou a supressão de uma omissão de pronúncia eventualmente existente não pode atrair qualquer tipo de aversão judiciária, nem muito menos ser vista como uma forma de o reclamante passar um atestado de incapacidade a um determinado órgão judicial. Longe disso, é um modo legítimo de garantir que ela produza os seus efeitos e seja, dentro dos limites do razoável, compreendida pelos seus principais interessados e pela comunidade no geral. Poderá, nesta medida, desde que utilizada de forma ponderada e com base em boas razões, permitir a clarificação da mecânica por detrás da decisão judicial e do raciocínio lógico que a ampara, devendo ser vista como contribuição positiva, e, sobretudo, garante que as questões sobre as quais o Tribunal se deve pronunciar serão efetivamente apreciadas e decididas. Num contexto em que os tribunais são chamados cada vez mais a decidir sobre as mais diversas questões, com as exigências constitucionais existentes, uma mistura que poderá naturalmente determinar que passagens de arestos não sejam tão claros quanto o desejável ou até que o Tribunal se olvide de tratar questão que se impunha abordar e julgar, não se pode ver com desfavor esse instrumento processual. E, naturalmente, a existir e na medida em que se aplique ao Tribunal Constitucional, deve ser levado a sério e considerado devidamente. Assim sendo, aprecia-se com toda abertura de espírito, sendo irrelevante o facto de, como é natural no caso concreto, incidir sobre aresto da própria Corte Constitucional, pois, glosando um importante juiz constitucional de outras paragens – v. *Brown v. Allen*, *Certiorari to the United States Court of Appeals for the Fourth Circuit*, Justice Jackson (conc.), reproduzido na *US Reports*, v. 344, 1952, pp. 532-548, 540 – [do facto] de ser uma instância final em Cabo Verde, não decorre que seja infalível. Portanto, havendo matéria a aclarar e cabendo à Corte fazê-lo, existindo vícios que infirmam, parcial ou integralmente, o acórdão exarado, o Tribunal, depois de proceder à avaliação que se impuser, não teria problemas em agir nos termos impostos pela Constituição e pela Lei”;

2.2. Ademais, no caso citado *INPS v. STJ*, o Tribunal já havia considerado que perante uma situação do tipo o órgão judicial competente para conhecer do eventual pedido seria sempre o Tribunal Constitucional e já havia reconhecido o direito de todo o

jurisdicionado fazê-lo, no sentido de este prolatar as suas decisões de tal forma a permitir a sua compreensão por aquele, argumentando concretamente que *“é evidente que, como resulta da própria Lei Fundamental, a Corte da Polis, como já se tinha considerado por meio do Acórdão 7/2018, de 5 de abril de 2018, Joaquim Jaime Monteiro v. CNE, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 21, 11 de abril de 2018, pp. 505-528, 3.1.2., é um tribunal especial que, em matéria do Direito Constitucional, profere, do ponto de vista do direito interno, decisões irrecorríveis, pelo menos no sentido estrito da palavra. Portanto, nesta perspetiva ressalta que a necessidade de precisar eventuais trechos obscuros ou ambíguos como pressuposto de preparação de um recurso à decisão judicial perante outro órgão judiciário interno não se coloca; as únicas reações possíveis, em princípio, teriam por destinatário o próprio Tribunal Constitucional. O conhecimento pleno dos fundamentos de uma decisão judicial decorre de uma norma objetiva do sistema que também tem uma dimensão subjetiva em alguns casos, quando se associa ao direito à tutela jurisdicional efetiva, atendendo que ela poderá condicionar a utilização de mecanismos de reação a decisões judiciais, nomeadamente quando um interveniente processual pretenda recorrer. Neste caso, não se trata de uma situação desta natureza, designadamente porque em tese já não haveria meios de recurso no sentido estrito da decisão tirada por meio do Acórdão 15/2017, de 26 de julho, de que se reclama. Porém, mesmo fora deste quadro mais instrumental, naturalmente, não deixa de ser direito de um recorrente obter uma decisão judicial em termos segundo os quais possa compreender os seus fundamentos e, assim, a sua racionalidade. Assim, o dever de clareza das decisões judiciais não se esgota naquela dimensão mais instrumental, mas no pressuposto de que qualquer jurisdicionado tem um direito de, objetivamente, receber dos tribunais a prestação jurisdicional de tal modo a compreender as razões que motivam as suas decisões, sobretudo quando não sejam convergentes com os seus objetivos processuais, como seguramente foi o caso, beneficiando-se assim também a própria sociedade e o sistema de proteção de direitos da Constituição, em especial quando estão em causa interesses comunitários”*.

Todavia chamando atenção que, mesmo perante esta possibilidade teria de atuar *“dentro dos limites do razoável, atendendo que se está perante um processo complexo, de natureza constitucional, incidental, que contempla a obrigação de representação por advogado – sendo o único que o artigo 53 da Lei se refere ao estabelecer que “Nos recursos a que se refere a alínea b) do artigo 51[que por sua vez remete a “processo de*

fiscalização concreta da constitucionalidade ou da legalidade”] e em qualquer outros processos de parte é obrigatória a constituição de advogado” – pressupondo, naturalmente, a partilha do jogo de linguagem respetivo e conhecimento da estrutura de justificação e arrazoamento típicos das decisões constitucionais” .

2.3. Havendo a registar ainda o Acórdão 24/2018, de 20 de dezembro, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado pelo *Boletim Oficial*, I Série, nº 88, Sup., 28 de dezembro de 2018, pp. 11-25, tirado em sede de amparo com uma formulação geral nos termos da qual o Tribunal Constitucional, acolheu jurisprudência conforme a qual todas as suas decisões estão sujeitas a pedidos de reparação ao considerar que “*são passíveis de reclamação e podem ser objeto de pedido de declaração de nulidade*”. Por conseguinte, a resposta à questão de se saber se também as decisões de amparo estão sujeitas a pedido de aclaração é evidente, até porque não há qualquer particularidade em tal mecanismo que obste a que um recorrente possa ver esclarecidos determinados trechos que sejam obscuros ou ambíguos, nomeadamente porque terá sempre um interesse processual em acompanhar a execução que se faz da própria decisão, especialmente se estimatória do próprio pedido de amparo.

2.4. Assim, sendo de se aceitar que a figura do esclarecimento de decisão judicial também é compatível com a natureza do processo constitucional no geral e do recurso de amparo em particular, a etapa seguinte, considerando inexistir distinção nesta seara de fases diferentes para avaliar a existência de condições processuais de admissibilidade e o mérito do que o reclamante alega, seria de se analisar se estão preenchidos os pressupostos e requisitos habilitantes para se conhecer da douda reclamação que o recorrente trouxe ao conhecimento deste Tribunal.

E, sendo assim, poderá, mesmo considerando a diferença entre as duas espécies de processos, guiar-se pelas orientações já adotadas pelo acórdão *INPS v. STJ* no que diz respeito à aferição de presença de pressupostos gerais e especiais de admissibilidade de tais pedidos, se justificável inserindo os ajustes necessários a conformá-las às particularidades do recurso de amparo. Naturalmente, da premissa de que é a Corte Constitucional que pode em abstrato conhecer de pedidos de clarificação das suas próprias decisões não significa que não existam condições que deverão ser preenchidas em cada pedido concreto para que tal aconteça.

3. Portanto, tal não significa que o Tribunal deva admitir todo e qualquer tipo de pedido de esclarecimento de decisões por ele prolatadas, mas somente aquelas em que os pressupostos especiais que os balizam estejam preenchidos.

3.1. Em relação aos pressupostos processuais gerais e comuns, não exige muito concluir-se no sentido de que o Tribunal é competente, nomeadamente por aplicação da alínea a) do artigo 578 do Código de Processo Civil, no segmento que dispõe “*requerer no tribunal que proferiu a sentença*”, aplicável com as devidas adaptações linguísticas que resultam do artigo 629, segundo o qual “*é aplicável ao tribunal de recurso o que se acha disposto nos artigos 575º a 579º*”; no mesmo diapasão, legitimidade processual ativa estaria assegurada, considerando a expressão do mesmo dispositivo “*Pode qualquer das partes*”, ficando por se averiguar se se trata de reclamação oportuna, considerando o prazo geral para tanto, fixado pelo artigo 145 do mesmo diploma em 5 dias. Neste particular, considerando-se que a reclamação deu entrada na secretaria deste tribunal no dia 30 de janeiro de 2019 (f. 170 a 173) e que o recorrente foi notificado no dia 23 do mesmo mês (f. 159 e verso), significa que é tempestiva, de acordo com as regras de contagem de prazos, aplicáveis por remissão.

3.2. Quanto aos pressupostos especiais, como já havia ficado determinado no caso referenciado, prendem-se essencialmente com o que dispõe e pressupõe a própria alínea supracitada, de acordo com a qual pode-se pedir “*o esclarecimento de alguma obscuridade ou ambiguidade*” que a decisão contenha, de onde decorre a obrigação da parte alegar a obscuridade ou ambiguidade, identificá-la e pedir os esclarecimentos relativamente às mesmas, passos esses que, ademais, conduzirão ou não à sua admissibilidade e, conseqüentemente, fixarão o âmbito da intervenção do Tribunal neste particular.

3.2.1. Note-se que a determinação de existência de ambiguidade ou obscuridade não pode ser, por si só, pressuposto de admissibilidade do pedido, uma vez que se transforma, neste caso, na questão substantiva a determinar. Ainda que, atendendo sobretudo à natureza do processo constitucional, o Tribunal possa rejeitar liminarmente pedidos de esclarecimento que sejam manifestamente procrastinatórios e desprovidos de qualquer base ou fundamento, ou digam respeito a passagens irrelevantes do texto do acórdão, que não tenham impacto direto sobre a decisão, os pressupostos especiais que avalia para os admitir dependem essencialmente de serem alegados e determinados pelo

reclamante; uma vez admitido o pedido, esta Cúria avaliará se efetivamente o acórdão que proferiu tem vícios de tal natureza e deverá ser clarificado em conformidade.

3.2.2. Neste particular é importante trazer à discussão o Acórdão nº 02/2017, de 15 de fevereiro, *PSD v. CNE*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial da República de Cabo Verde*, I Série, nº 10, de 27 de fevereiro, pp. 265-266 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional*, Praia, INCV, 2018, v. III (2017), pp. 296-299, em que se adotou posição conforme a qual “*quer a obscuridade, quer a ambiguidade têm de ser indicadas, para que a questão possa ser apreciada (para 13)*”.

3.2.3. No caso concreto, o reclamante não precisa nenhum trecho do acórdão que considera ser obscuro ou ambíguo a tal ponto de lhe criar dúvidas, o que dificulta ao Tribunal a identificação do verdadeiro objeto deste pedido. No entanto, através de um esforço hermenêutico, alcança-se que o que o reclamante pretende é que se esclareça um conjunto de questões que ele coloca ao Tribunal e que estarão relacionadas com a elucidação da própria parte decisória, querendo ser esclarecido quanto ao alcance do acórdão que ora solicita aclaração.

3.2.4. Ao que parece o que motiva a colocação dessas questões, que, segundo o próprio, lhe terá criado eventuais dúvidas, são inquietações segundo ele demonstradas pelo próprio Supremo Tribunal de Justiça, no acórdão deste órgão que lhe indeferiu o pedido de *habeas corpus* que lhe havia dirigido. Nas palavras do reclamante “17. Ademais, o presente instrumento não se trata de um novo recurso de amparo, mas sim apenas uma aclaração de acórdão, uma vez que o Supremo com a sua decisão veio a suscitar algumas dúvidas, que também nos obriga a reflectir e a pedir esclarecimentos. (...) 19. As dúvidas trazidas pelo Supremo Tribunal faz[em] algum sentido, por isso [eis] a razão do nosso pedido de aclaração do acórdão no sentido de ver esclarecid[as] e dissipad[as] tod[as] e quaisquer dúvidas que possam suscitar interpretação passível de lesar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, mormente, a liberdade.”

3.2.5. Naturalmente, o Tribunal não poderá esclarecer ao reclamante eventuais dúvidas que atribui à egrégia corte recorrida. Só poderia analisar a questão no sentido de aclarar dúvidas próprias do reclamante, ou, mesmo que originariamente inspiradas por outrem, por ele assumidas. Nestes termos, não caberia a ele pedir aclaração com o objetivo de esclarecer ao próprio Supremo Tribunal de Justiça as obscuridades e

ambiguidades que alega que o órgão judicial teve ou expressou, falecendo-lhe, em todo o caso, legitimidade para as colocar em seu nome. Mas somente aquilo que, independentemente da fonte em que se inspira, identifica como sendo segmentos do acórdão que carecem de clarificação por obscuros ou ambíguos e traz a este Tribunal. Sendo certo que não é por si só que tais alegações de obscuridade ou de ambiguidade justificam aclaração, mas essencialmente a determinação de que efetivamente o trecho em causa, e logo a decisão, padecem de tais vícios.

3.3. O reclamante, para o efeito, dirige ao Tribunal uma bateria de perguntas, por si formuladas da seguinte forma: a) *O arguido está em situação de prisão preventiva ou não[?]; b) O provimento do recurso de amparo, suspende ou não a decisão impugnada[?]; c) Quais são as provas obtidas abusivamente[?]; d) Quais são as consequências da declaração de nulidade dessas provas[?]; e) A declaração de nulidade conduz[] à anulação do processo ou julgamento[?]; f) Em que consiste a concessão do “amparo adequado à situação[?]”*

3.3.1. Infelizmente, o Tribunal não poderá atender nestes termos às pretensões do recorrente, na medida em que não é e nem pode ser colocado numa posição de respondente em interrogatório conduzido pelo mesmo ou sequer na mais positiva situação de entidade consultiva que elucida o recorrente sobre um conjunto de questões que lhe são suscitadas por uma de suas decisões ou ainda de seu instrumento em processos paralelos, ainda que interligados, que já conduziu ou pretende conduzir junto a outros órgãos judiciais. O que pode considerar desse trecho é que este foi o modo como o recorrente encontrou para identificar o trecho obscuro.

3.3.2. Outrossim, e na medida em que o Tribunal consegue se aperceber do sentido das colocações que faz, das considerações que enquadram esses pedidos, bem assim como do conteúdo dos incidentes que tem suscitado perante esta Corte, pode concluir que pretenderá, em última instância, a restituição da sua liberdade. Aparentemente as dúvidas que em si são suscitadas têm a ver, pela exposição que faz, com um trecho que não identifica e sequer alega claramente ser obscuro. Este relaciona-se com o segmento que integra o amparo concedido, isto é, o ponto 3 da parte decisória, segundo o qual o Tribunal decide “*Conceder o amparo adequado à situação, determinando que o órgão recorrido anule as provas obtidas através de abusiva intromissão no domicílio, na correspondência e nas telecomunicações do arguido, ora recorrente*”;

3.3.3. Partindo-se do princípio de que o recorrente alega obscuridade desse trecho, o que o Tribunal fará para avaliar se tal conclusão é meritória e deve ser esclarecida decorrendo os efeitos previstos pela lei sobre a decisão, é singelamente verificar se, de um ponto de vista objetivo, não ficou claro o conteúdo do remédio que lhe foi concedido e que se considerou adequado em ordem a amparar as violações a direitos, liberdades e garantias constatadas. Fá-lo-á sempre levando em consideração o próprio pedido de amparo concedido pelo acórdão de que se pede aclaração, as linhas de separação entre as competências dos tribunais judiciais e as da jurisdição constitucional e, sobretudo, que, em última instância, as questões que coloca estão umbilicalmente ligadas ao próprio direito subjetivo a requerer amparo previsto pelo artigo 20º da Constituição. A Corte, como é natural, não se pronunciará sobre toda e qualquer questão meramente doutrinária ou académica por mais que possa existir um interesse comunitário em esclarecer questões gerais sobre o conteúdo, os efeitos e o alcance da decisão estimatória de pedido de amparo desde que não esteja umbilicalmente ligada ao acórdão concreto de que se pede esclarecimento.

4. O Tribunal, assim, operou num quadro jurídico que partia da própria Constituição da República, nomeadamente do já citado artigo 20 nos termos do qual “*A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais*”.

4.1. O Acórdão 11/2017, de 22 de junho, *Maria de Lurdes v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 42, 21 de julho de 2017, pp. 933-950, e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional*, Praia, INCV, 2018, v. III (2017), pp. 423-477, a este respeito já havia considerado que “*É importante notar-se o que diz o legislador constituinte na primeira parte da disposição – que “A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, (...)” – , o que indicia claramente que o amparo não é só um mecanismo judiciário de proteção do sistema constitucional e dos direitos que o legislador é obrigado a consagrar na legislação ordinária de modo a propiciar esse tipo de tutela, é também um direito subjetivo. Mais, que, pela sua natureza, tem o estatuto de direito, liberdade e garantia fundamental, quanto mais não seja pelo facto de a capacidade judiciária de defesa de direitos e interesses legítimos subjetivos representar uma das mais naturais prerrogativas que cada ser humano possui e pelo facto de ser uma das principais*

garantias que têm para garantir eficácia aos seus direitos sem depender de outrem, além das principais instituições da República vocacionadas para esse fim, os tribunais” (1.3), o que significa que qualquer pessoa desde que titular abstrato de um direito, de uma liberdade ou de uma garantia tem uma posição jurídica oponível a qualquer poder público de, primeiro, utilizar o mecanismo processual consubstanciado numa queixa constitucional de requerer a tutela de direito a tribunal vocacionado para esse efeito, e, segundo, que ele seja eficaz, portanto que possa produzir efeitos de proteção na esfera jurídica de pessoa que tenha tido direito, liberdade ou garantia seu lesado por ato de qualquer dos poderes da República.

4.2. Dada à natureza de direito subjetivo do amparo e não só de meio objetivo de proteção de direitos, qualquer afetação que lhe possa ser imposta ou decorre diretamente de limitação constitucional ou sendo operada pelo legislador ordinário por via de restrição deverá ater-se às condições previstas pelos números 4 e 5 do artigo 17º da Constituição, o que significa, no essencial, que deve haver autorização – no mínimo, implícita – para afetar e que essa operação se efetive através de ato geral e abstrato, que não produza efeitos retroativos, que não atinja o núcleo essencial do direito e que se mantenha dentro da mais estrita proporcionalidade.

4.3. É claro que existirão razões associadas a interesses públicos com projeções sobre direitos de outros titulares que podem justificar as restrições operadas por via legislativa a tal garantia, nomeadamente referentes a questões de segurança jurídica ou de preservação das necessárias fronteiras entre a jurisdição constitucional e a jurisdição ordinária que justificam medidas de conteúdo restritivo destinadas a harmonizar posições jurídicas decorrentes do direito a requerer amparo com a necessidade de se preservar a posição dos tribunais judiciais e o caráter especial do recurso de amparo.

4.4. Significa, ademais, que, do ponto de vista hermenêutico, as normas que resultem desse processo devem ser interpretadas conforme esse preceito sob pena de vulneração do próprio direito a requerer amparo, excluindo-se sentidos inconstitucionais que possam decorrer dos enunciados legais restritivos que constam da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, e garantindo eficácia às normas que efetivem a proteção dos direitos, liberdades e garantias por via da utilização do processo de amparo.

5. É dentro deste contexto que se deve enquadrar o que dispõe, primeiro, o artigo 24, quando fixa que “1. O Tribunal pode decidir com fundamento diverso do invocado pelo recorrente e outorgar amparo distinto daquele que foi requerido. 2. Pode, ainda, o Tribunal decretar a adopção de medidas julgadas adequadas para restabelecer e garantir ao recorrente o pleno exercício dos direitos, liberdades ou garantias violados, distintas daquelas que foram requeridas”, e, segundo, o decorrente artigo 25, quando estipula que “1. No acórdão que julgue procedente o recurso e outorgue o amparo, deverá o Tribunal: a) Reconhecer ao recorrente a plena titularidade dos direitos, liberdades e garantias violados e o direito de os exercer de acordo com o conteúdo e extensão constitucionalmente consagrados; b) Declarar nulo ou inexistente o acto impugnado; c) Ordenar, no caso de se tratar de omissão, à entidade recorrida a adopção, dentro do prazo que lhe vier a ser fixado no acórdão, de medidas adequadas à preservação e ao restabelecimento do exercício dos direitos, liberdades e garantias pelo recorrente; d) Declarar o direito, liberdade ou garantia fundamental violado pela prática do acto ou como consequência da omissão objecto do recurso; e) Ordenar à entidade recorrida que se abstenha de praticar actos que possam afectar, por qualquer forma, o pleno exercício pelo recorrente dos seus direitos, liberdades ou garantias; f) indicar concretamente o órgão, agente ou funcionário que deve praticar ou abster-se de praticar os actos nela referidos”.

Por conseguinte, o legislador ordinário, cumprindo as injunções do constituinte quanto à necessidade de configurar um sistema de queixas constitucionais que garantisse a possibilidade de um tal recurso e a sua eficácia no mundo do direito e no mundo da via, consciente de que estes são marcados por situações diversificadas impassíveis de serem capturadas dentro dos limites de regras muito estritas, configurou o sistema com a necessária flexibilidade concedendo ao Tribunal Constitucional ampla discricionariedade na definição das medidas a adotar em cada situação específica, permitindo-lhe assim fazer um juízo de adequação entre a mesma e o fim pretendido dentro do contexto de cada caso.

6. Feita esta consideração geral, urge avaliar se a parte decisória em que o Tribunal Constitucional define os amparos concretos que concedeu ao recorrente padece de vício de obscuridade.

6.1. Não sendo despidiendo, para este efeito, recordar o pedido feito pelo recorrente de, com base em conclusões segundo as quais,

6.1.1. *“Os atos de investigação da PJ constantes dos presentes autos, foram praticados fora do âmbito da sua competência cautelar própria; constituem um método proibido de obtenção de prova, por violação do disposto nos artigos 35.º, n.º 8, CRCV e 178.º, n.ºs 2 e 3, do CPP, ou seja, intromissão na casa alheia, violação de correspondência, de telecomunicações e direito à liberdade; os OPC têm uma obrigação genérica de comunicar ao MP todas as notícias do crime de que tenham conhecimento, devendo transmitir também as denúncias; as normas e princípios constitucionais do processo penal cabo-verdiano impõem que a notícia do crime deve ser comunicada ao MP num prazo nunca inferior a 48 horas; qualquer interpretação no sentido de considerar tal comunicação por tempo indeterminado está ferida de inconstitucionalidade, por violação dos artigos 35.º, n.ºs 1 e 6, 41.º e 225.º, CRCV; os factos e elementos de provas junto aos autos permitiam uma outra conclusão ao tribunal recorrido, mas mesmo assim optou por violar [o] princípio da presunção de inocência; há violação do princípio da igualdade previsto no artigo 24º da CRCV”, pedir que “Seja julgado procedente e revogado o acórdão de 24/07/17 do Supremo Tribunal de Justiça; Seja decidido sobre as inconstitucionalidades suscitadas; Seja condenado o Estado a ressarcir o recorrente de todos os prejuízos sofridos, com a privação da sua liberdade”.*

6.1.2. Depois disso e porque entretanto foi tirado acórdão de aperfeiçoamento, veio o recorrente refazer o seu pedido com a utilização da seguinte fórmula: *“A) Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do art. 20.º, n.1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde; B) Ser julgado procedente e, conseqüentemente, revogado o acórdão de 24/07/17 do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais conseqüências; C) Decidir sobre as inconstitucionalidades suscitadas e conseqüentemente restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados; D) Ser oficiado ao Supremo Tribunal de Justiça para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo de Recurso nº 141/2016”;*

6.1.3. Ato subsequente, o Tribunal, por meio do Acórdão nº 22/2017, de 9 de novembro, Rel: JP Pinto Semedo, publicado no BO, I Série, nº 76, 22 de novembro de 2017, pp. 1689-1692, e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional*, Praia, INCV, 2018, v. IV (2017), pp. 311-323, considerando, dentro do quadro de avaliação de inteligibilidade do pedido que utiliza como critério, que o recorrente corrigiu através da sua peça de aperfeiçoamento, as insuficiências de que a sua petição inicial padecia,

admitiu-o decidindo no essencial que: *“Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem admitir o presente recurso”*.

6.2. É perante esses pedidos que o Tribunal decidiu, conforme segmento relevante, que houve:

6.2.1. *“1. a) violação das garantias de inviolabilidade de domicílio, de segredo da correspondência e do segredo das telecomunicações e concomitantemente da garantia de exclusão de provas obtidas mediante abusiva intromissão na correspondência, nas telecomunicações, no domicílio e na vida privada do recorrente pelo facto de o órgão recorrido ter considerado que, enquanto Tribunal de recurso, não podia conhecer de questões a envolver nulidades, ainda que insanáveis, por já terem sido decididas pelo juiz de instrução e não se ter interposto a tempo o competente recurso; b) violação da garantia de inviolabilidade de domicílio por se ter usado provas obtidas através de abusiva intromissão no domicílio do recorrente sem consentimento, sem mandado judicial e fora de situação de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro; c) violação do direito ao processo justo e equitativo ao serem admitidas e usadas provas obtidas por meio da violação das garantias de segredo de correspondência de terceiro; d) violação da garantia de segredo de telecomunicações e da proteção de dados pessoais ao serem admitidas e usadas provas resultantes de leitura de dados de comunicações telefónicas do recorrente fora do apertado quadro legal permitido por lei, nomeadamente sem autorização judicial”*. E decidiu ainda *“2. Declarar que o conhecimento da alegação de violação da garantia da presunção da inocência fica prejudicada pelas decisões anteriores e logo a lesão deste direito não pode ser escrutinada”*; e, finalmente, *“3. Conceder o amparo adequado à situação, determinando que o órgão recorrido anule as provas obtidas através de abusiva intromissão no domicílio, na correspondência e nas telecomunicações do arguido, ora recorrente”*.

6.2.2. Por conseguinte, nos termos do ponto 1 da parte decisória do acórdão reclamado, o Tribunal declarou que houve violação de certas garantias fundamentais atribuíveis ao órgão recorrido, nomeadamente as que protegem o domicílio, a correspondência, as telecomunicações, os dados pessoais, além do direito ao processo justo e equitativo, o que, por si só, já se consubstancia num amparo. Contudo, considerando que a medida declaratória era insuficiente e logo inadequada por si só dadas as particularidades da situação que justificou o pedido adotou outra complementar que

explicita no ponto três do mesmo segmento. Esta traduziu-se em fórmula segundo a qual o Tribunal decide “*Conceder o amparo adequado à situação, determinando que o órgão recorrido anule as provas obtidas através de abusiva intromissão no domicílio, na correspondência e nas telecomunicações do arguido, ora recorrente;*” Destarte, nos pontos da parte dispositiva referidos, o Tribunal especifica os amparos idóneos a restabelecer os direitos do recorrente à luz das particularidades do caso que trouxe ao seu conhecimento. Estes literalmente consistem em determinação dirigida ao órgão recorrido no sentido de ele anular as provas que se obteve mediante abusiva intromissão no domicílio, na correspondência e nas telecomunicações, que se seguiu aos outros amparos consubstanciados na declaração das violações a esses mesmos direitos.

6.2.3. Por motivos naturais, em respeito à esfera própria de competências dos tribunais judiciais, ao seu próprio e legítimo entendimento a respeito da significação das normas de direito ordinário que aplica e às suas práticas, primária e diretamente, o Tribunal Constitucional, mesmo quando conclui que houve alguma violação de direito, liberdade ou de garantia, não os contorna no processo de execução de uma medida de amparo. Outrossim e com o estrito objetivo de preservar o direito, liberdade ou garantia em causa define o alcance e baliza o parâmetro segundo o qual o tribunal recorrido deverá se orientar com vista à materialização do amparo, preservando a margem necessária para que atue. Destarte, neste caso, determinou simplesmente que todas as provas obtidas ilegalmente, por via da violação do domicílio, da correspondência e da telecomunicação do reclamante deviam ser excluídas, não especificando as provas concretas que seriam nulas, no sentido de se entender que tal seria esfera do próprio tribunal recorrido.

Obviamente, as conclusões sobre as consequências das eventuais provas nulas, nomeadamente se as mesmas implicarão na anulação do processo, ficam a cargo do próprio órgão recorrido, pelo que o Pretório Constitucional não se pronunciou sobre estas questões, entendendo que são concretizadas por essa entidade judicial, tendo como parâmetro de atuação o amparo adequado à situação em apreço especificamente concedido pelo Tribunal.

6.2.4. Se um recorrente entender que no quadro desse processo o órgão judicial recorrido por ação ou omissão não respeitou os parâmetros estabelecidos pelo Tribunal Constitucional destinados a garantir o pleno exercício dos direitos violados o que o recorrente pode fazer é requerer, de forma processualmente adequada, o devido amparo

a esta Corte, impugnando as condutas específicas e habilitando-a a ajustar o amparo e as medidas específicas a tal tipo de situação.

Portanto, se assim é, pelo modo como se apresenta a formulação linguística entende-se que, além da declaração de violação de direitos arrolados no ponto 1 da parte dispositiva, esta foi a única medida de amparo adicional que se concedeu ao reclamante e, nos seus termos, o órgão recorrido estaria obrigado, com o alcance fixado e dentro dos parâmetros estabelecidos, a anular essas provas e daí conduzir o processo nos termos legais.

6.3. Deste modo, o reclamante não podia perante esse quadro concluir que o Tribunal lhe concedeu um amparo de soltura imediata.

6.3.1. Naturalmente, se no texto transcrito existisse algum vocábulo que transmitisse a ideia de que poderia haver algum outro amparo concedido – neste caso oculto –, por exemplo expressão do tipo ‘nomeadamente’ ou ‘designadamente’, a questão poderia até ser colocada. Mas não parece que nos termos em que se formulou a decretação do amparo adequado se tenha aberto esta possibilidade, até porque o termo utilizado foi “determinando” indicando que aquele seria, além da própria declaração das violações, o único amparo adicional que o Tribunal considerou adequado para restabelecer os direitos em espécie vulnerados pela conduta impugnada na situação concreta.

6.3.2. O Tribunal Constitucional nunca apreciou possível violação de garantia de não-manutenção do recorrente em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses que neste momento invoca. Assim sendo, não poderá considerar que poderia gerar-se dúvida ao recorrente de que terá sido igualmente concedido amparo específico decorrente, simplesmente porque tal questão não fez parte do objeto da decisão do Tribunal quando decidiu o amparo sobre o qual se solicita esclarecimento.

Se porventura fizesse parte do objeto do processo e o Tribunal estivesse obrigado a conhecê-lo, não o tendo feito, seria sempre legítimo ao reclamante apresentar reclamação ao Tribunal por falta de pronúncia sobre facto relativamente ao qual deveria se ter pronunciado. Nesta situação, o Tribunal não poderia em caso algum colocar a possibilidade de reforma do acórdão, com a materialização do dever de apreciar e decidir a questão.

No entanto, aqui o reclamante alega obscuridade ancorada em questão que simplesmente não fez parte do objeto do próprio acórdão relativamente ao qual pede aclaração. Outrossim, traz à colação questão diferente, baseada em conduta outra, ou seja, de manutenção de um arguido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, que, para ser escrutinada, deve ser colocada de forma processualmente adequada e nos termos da lei, o que, até agora, não fez.

Por conseguinte, em relação à segunda dimensão do problema que levanta, isto é, de saber se o amparo concedido de alguma forma abrangeria igualmente uma determinação de soltura imediata, naturalmente o Tribunal não pode atestar se tal dúvida se suscitou ou não ao ora reclamante, pois é questão subjetiva e, como tal, inescrutável. Mas, o que pode asseverar é que não é razoável alegar que ela terá resultado da forma pretensamente obscura como o amparo foi desenhado, à luz do pedido feito, do objeto do recurso definido – que, como o recorrente sabe, depende da determinação das condutas do órgão recorrido que ele próprio impugnou – e pela fixação dos amparos que o Tribunal entendeu adequados para lhe restituir os direitos.

6.3.3. O ora reclamante, então recorrente, pretendeu que na recolha de determinadas provas teriam sido violadas as suas garantias de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações, bem como a sua garantia de presunção de inocência e que, embora tenha suscitado tais questões perante os tribunais judiciais, os mesmos não lhe deram razão. O Tribunal em sua decisão concluiu que de facto se violou tais garantias do reclamante, determinando que, para efeitos de restabelecimento dos seus direitos vulnerados, as provas obtidas por meio de violação do domicílio, de correspondência e de telecomunicações e garantias de proteção de dados pessoais fossem anuladas pelo órgão recorrido. Em relação à garantia da presunção da inocência entendeu que a sua análise ficaria prejudicada pelas decisões anteriores e logo a lesão deste direito não poderia ser escrutinada.

6.3.4. Ora, em nenhum momento o recorrente dirigiu ao Tribunal de forma processualmente adequada e foi admitido a trâmite qualquer escrutínio sobre conduta que incidisse sobre possível violação de garantia que entende ter de não ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses. Logo, não sendo este objeto do recurso de amparo que impetrou, não podia esperar que um eventual amparo de soltura imediata

decorresse de tal fundamento ou se baseasse em conduta que a Corte Constitucional pura e simplesmente não sindicou com base em possível violação dessa garantia que invoca.

6.3.5. Das condutas do poder judicial que impugnou e imputou lesão de direito, liberdade e garantia que, eventualmente, poderia, de um ponto de vista lógico, justificar a adoção de um amparo de soltura imediata teria a ver com o modo como o tribunal *a quo* apreciou as provas, mas, em relação a esta questão, a Corte Constitucional considerou que tal escrutínio ficara prejudicado em razão da sua determinação inicial de que provas nulas foram usadas para o condenar, não podendo, pois, apreciar a questão dado o vício existente.

6.3.6. Por conseguinte, não haveria nem base textual, tão-pouco contextual ou lógica para colocar a possibilidade de imediata e diretamente o Tribunal Constitucional por meio do Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 11, 31 de janeiro de 2018, pp. 146-178, estar a determinar que o recorrente fosse solto. Mais uma vez, reitera-se que perante as violações que constatou e declarou das garantias de inviolabilidade de domicílio, de segredo de correspondência, de segredo de comunicações, de garantia de nulidade de provas obtidas por meio de abusiva intromissão na correspondência e ao processo justo e equitativo, a medida de amparo adicional que considerou adequada foi determinar que o órgão recorrido anulasse todas as provas obtidas através de abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência, nas comunicações e nos dados pessoais do recorrente.

A questão que de modo insistente vem colocando de que a conduta de manter o recorrente em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, na sua opinião em violação de garantia que proíbe tal situação, não foi objeto da decisão porque não foi impugnada através dos meios processuais adequados. Logo, sobre ela o Tribunal não se podia exprimir e não fazendo parte do seu pronunciamento não pode considerar que dúvida sustentável resulte do trecho decisório do acórdão quanto à sua consideração ou não.

O facto de ter estado e estar a ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses nunca fez parte do objeto do recurso de amparo concreto, nunca chegou a ser declarada tal violação e, portanto, não se justificando, no quadro desse processo, conceder amparo específico para a remediar. Naturalmente, caso o recorrente entenda que

tal situação de violação do seu direito existe e se mantém poderá sempre pelas vias próprias que conhece ou devia conhecer pedir o competente amparo ao Tribunal Constitucional.

7. Nada mais cumpre dizer porque o Tribunal tendo apreciado a questão, não conclui que exista qualquer obscuridade nos trechos destacados, pelo que improcede o pedido do reclamante.

III. Decisão

Nestes termos, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, indeferem a presente reclamação.

Registe, notifique e publique.

Praia, 07 de fevereiro de 2019

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 08 de fevereiro de 2019.

O Secretário,

João Borges